

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA TERRITORIAL(CIET)

PROJETO HISTÓRIA CEPRO

O PLANEJAMENTO NA REVISTA CARTA CEPRO

RELATÓRIO PARCIAL nº 1

Teresina – PI
2026



CENTRO DE INTELIGÊNCIA
EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA
TERRITORIAL

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

DIRETORIA EM ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DAAP)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

COMISSÃO TÉCNICA PROJETO HISTÓRIA CEPRO (PHC)

Luiz Gustavo Sousa de Carvalho (Coordenador)

Edângela de Souza Cutrim Gomes (Analista)

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas (Analista)

Liége de Sousa Moura (Analista)

Maria do Socorro Nascimento (Analista)

Kamila Kelly de Jesus Ramalho (Estagiária de História)

Rodrigo do Nascimento Matos (Estagiário de História)

Revisão

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização

Adriana Melo Lima

Diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Weslley da Silva Sousa

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Adriana Melo Lima CRB: 13/842

Projeto História CEPRO – Relatório parcial : o planejamento na Revista Carta CEPRO [recurso eletrônico] / CIET/SEPLAN – Teresina : CIET/SEPLAN, 2025.

13 p. (Relatório 1)

1. Revista Carta CEPRO. 2. Socioeconomia – Piauí. 3. Memória.
I. Título.

CDU 338:631.39(812.2)

Contato

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial - CIET/SEPLAN

BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul

CEP: 64001-490 – Teresina – PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal 21/22

Sítio: www.seplan.pi.gov.br/cepro/publicacaoe

APRESENTAÇÃO

O presente relatório integra os esforços do Projeto História CEPRO (PHC), conduzido pela Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), por meio do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), com o propósito de sistematizar e interpretar a trajetória institucional da antiga Fundação CEPRO, posteriormente Superintendência CEPRO/SEPLAN, em sua contribuição para a pesquisa científica piauiense.

Ao longo de cinco décadas, a CEPRO consolidou-se como referência em estudos socioeconômicos, com papel fundamental na formulação de políticas públicas no Estado. O PHC tem como preocupação central o pesquisador da CEPRO: sua formação, temas de investigação, metodologias adotadas, condições de trabalho e possibilidades de aperfeiçoamento ao longo de sua atuação profissional. Trata-se de compreender não apenas o que foi produzido, mas como e por quem, situando cada trajetória em seu contexto institucional.

Desde abril de 2025, o Projeto História CEPRO vem realizando levantamento documental e bibliográfico, entrevistas, seminários e encontros entre ex-colaboradores. Esses esforços se articulam para a sistematização do conhecimento sobre o período de 1971 a 2025 e são compartilhados com a comunidade científica por meio de: a) relatórios parciais bimestrais, para subsidiar futuras pesquisas; b) uma publicação geral do PHC, reunindo os principais resultados; c) o Centro de Memória da CEPRO, espaço museal a ser implantado na nova sede da SEPLAN.

A criação desse Centro de Memória representa o reconhecimento, por parte do CIET/SEPLAN, de que a memória institucional da CEPRO constitui patrimônio público e intelectual do estado do Piauí. Assim, mais que salvaguardar publicações e documentos, o Centro afirma-se como espaço de intercâmbio intergeracional, um memorial das pesquisas da CEPRO ao longo do tempo até sua transformação em CIET.

Cíntia Bartz Machado
Superintendente do CIET

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar o tema planejamento¹ nas edições da Revista Carta CEPRO. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental sobre um conjunto de 49 edições da Revista, identificando e selecionando os artigos que abordam o tema do planejamento. A partir dessa seleção, foi possível organizar o assunto em diferentes momentos, o que fornece bases para analisar a evolução da concepção de planejamento ao longo do tempo nesta publicação.

A Revista, iniciada em 1974, teve, até o momento, 34 volumes que somaram um total de 49 edições. As publicações foram contabilizadas em um somatório de 231 artigos, que tratavam de economia, educação, planejamento etc. O fato dos relatórios parciais do PHC iniciarem tratando de um aspecto da Revista Carta CEPRO, o planejamento, se deve ao fato de que esta foi e é a principal publicação em capacidade de difusão da antiga Fundação e Superintendência CEPRO.

Os artigos da Revista de 1974 a 1975 enfatizam o papel da CEPRO como centro técnico capaz de organizar informações e apoiar as decisões governamentais. A tônica desses estudos estava na construção de uma estrutura mínima de dados e análises, condição básica para sustentar qualquer política pública. Nesse sentido, as primeiras reflexões eram de afirmação institucional da importância do planejamento como ferramenta de governo. Embora esteja ciente das desigualdades e problemas estruturais, há certa carência do caráter analítico baseado em dados, ainda insuficientes.

Nos anos imediatamente seguintes, de 1975 a 1977, percebe-se uma transição, os artigos passam, então, a discutir além da necessidade de dados, também a capacidade de gestão em nível municipal e estadual. Cooperaram com essa ampliação planejadora os treinamentos realizados em parceria com o IPAM², para propostas de criação de sistemas estadual e municipais de estatística, que revelam tentativas de capitalizar a cultura do

¹ O termo planejamento não possuía, nas décadas de 1970 e 1980, o sentido contemporâneo, imediatamente associado à estratégia e à governança pública. Seu uso nos artigos da Carta CEPRO deve ser compreendido em sua historicidade, considerando diferentes contextos que moldaram seu significado ao longo do tempo.

² O Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM), vinculado à SEPLAN, foi criado com a missão de ampliar a assistência técnica e o planejamento em nível municipal no Piauí. Fonte: Artigo de Gerson Lima, na **Carta CEPRO**, v. 29, n. 1, ano 2017.

planejamento, mesmo que somente em alguns aspectos, para os municípios espalhados por uma imensa Unidade Federativa, que vai dos Cerrados ao Delta.

A fragilidade da administração dos municípios era uma preocupação recorrente, um entrave a uma política de planejamento. No artigo “IPAM: novas metas para o desenvolvimento dos municípios” apresentam-se as preocupações em relação ao desenvolvimento em nível municipal, ou seja, após as primeiras reflexões sobre o planejamento em âmbito estadual, agora é pensado também em nível municipal, pelo fato de que para uma melhor política pública haveria que se ter, também, um diálogo estreito com os municípios.

A CEPRO se consolidava como a grande colaboradora do planejamento estadual, fornecendo quadros técnicos e instrumentos metodológicos. Estava na gênese da então Fundação CEPRO a relação dialética entre fazer diagnóstico e auxiliar a Seplan em prognósticos. Porém, pela análise do conjunto de artigos da Carta CEPRO, essa relação vital se mostra, na prática, frágil e desconectada. Os planos e os programas anteriores não eram refletidos criticamente em novos diagnósticos, em suma, não foram colocados à prova, por vários fatores que não cabe aqui neste relatório parcial, nem mesmo no escopo do Projeto História CEPRO.

Na primeira metade da década de 1980, a Carta CEPRO passa a apresentar artigos que realmente evidenciam uma mudança de foco para a análise crítica do atraso do Piauí. A ciência histórica é convocada para pensar além das velhas desculpas que colocavam o atraso simplesmente na mudança do eixo econômico nacional, do Norte para o Sul. Esse movimento teórico mostra uma ampliação das categorias analíticas, o planejamento, agora, é campo de reflexão sobre os condicionantes estruturais do subdesenvolvimento.

Seguindo com os textos da revista, a década de 1990 marca um ponto curioso do planejamento no Piauí: em 1993 foi instituído o primeiro Plano Plurianual (PPA) do Estado, peça central de qualquer política de planejamento. Nota-se uma ausência de artigos sobre o PPA nas revistas publicadas nessa década, isso se deve ao fato de que, em 1993 e 1996, não foram editadas as revistas Carta CEPRO e, justamente, coincidem com os Planos Plurianuais da década de 1990. Temos então, uma justificativa possível da ausência de textos relacionados aos PPAs.

Nos anos 2000, a perspectiva se desloca. Os artigos de 2003 revelam uma preocupação em discutir o papel do planejamento dentro do jogo político democrático. Nesta época, o neoliberalismo, que já ganhava força (vide o Consenso de Washington), leva ao entendimento que o planejamento é uma intervenção a ser evitada. Por outro lado, outros pensadores, propõem a adequação de indicadores novos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mostrando assim um deslocamento da pauta: o planejamento passa a ser analisado, como explicitado nas Carta CEPRO, como pano de fundo, em uma disputa simbólica e política entre o viés social e neoliberal.

Os artigos celebrativos dos 60 anos de planejamento no Piauí e o PDS 2050, Plano de Desenvolvimento Sustentável, mostram a incorporação de novas agendas, como sustentabilidade, energias renováveis e territorialidade, que vieram se constituir a matriz do pensamento planejador do Estado por regiões de desenvolvimento. Ressaltamos aqui o artigo “Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí: uma agenda de desafios,” de 2015.

O plano envolve diagnóstico e elaboração de projetos³ voltados para o agronegócio, energias renováveis, infraestrutura, mineração e turismo, incluindo estudos de impacto ambiental e estimativas de retorno econômico. O objetivo era promover profundas transformações positivas no cenário econômico e social do Estado.

De 2015 a 2025 os artigos apresentam a trajetória de 60 anos do planejamento no Piauí, a evolução dos Planos Plurianuais (PPAs), e a implementação da Análise Executiva de Resultados (AER), instrumento que fortalece a gestão pública orientada por resultados.

2 DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SOBRE PLANEJAMENTO NA CARTA CEPRO

Os artigos analisados da Carta CEPRO permitem acompanhar a trajetória histórica do planejamento no Piauí entre as décadas de 1970 a 2020, revelando como a Fundação CEPRO consolidou-se como núcleo técnico e intelectual da administração pública estadual. Nos primeiros anos, os textos enfatizam a construção de instrumentos básicos de regionalização, assistência técnica municipal e organização de dados estatísticos e a formação de quadros técnicos.

³ Ao longo desses dez anos, não se refletiu, na Carta CEPRO, sobre esse projeto de longo prazo.

A partir da década de 1980, observa-se uma ampliação crítica do debate, integrando temas como desigualdades regionais, políticas agrícolas e a inserção do Piauí na economia nacional. Já nos anos 2000 e 2010, o foco desloca-se para a modernização da gestão pública, a avaliação de resultados e o planejamento participativo e territorial, culminando em experiências recentes de gestão por resultados e inovação administrativa. De 2010 a 2024, a agenda integra novas pautas, e metodologias.

Os artigos analisados estão listados no Quadro 1, sequenciando autores, ano de publicação, título do artigo e enfoques, seguido de um inventário de todos os resumos dos artigos analisados, no Quadro 2, listado cronologicamente, segundo a ordem em que os artigos foram publicados.

Quadro 1 – Artigos que versam sobre o planejamento (continua)

Artigo	Autor(es)	Ano	Edição-volume	Título	Sinopse
Nº 1	Felipe Mendes	1974	v. 1, n. 1	A necessidade de uma política de desenvolvimento regional e urbano no Piauí	O texto defende a criação de uma política de desenvolvimento regional e urbano no Piauí, integrada às diretrizes nacionais, com foco em planejamento técnico e articulação entre escalas regionais e locais.
Nº 2	Autor não indicado (IPAM)	1975	v. 2, n. 3	IPAM: novas metas para o desenvolvimento dos municípios	Apresenta a trajetória do planejamento municipal no Piauí, destacando sua consolidação com a criação do IPAM em 1975, após tentativas anteriores como a DATEM e o DEPAM, que enfrentaram limitações técnicas e financeiras.
Nº 3	Glória Maria Veras de Sandes Freitas	1976	v. 3, n. 2	Polo Nordeste: apoio ao meio rural	O artigo apresenta um projeto de desenvolvimento regional para o Piauí, detalhando os investimentos previstos em fazendas estaduais, regularização fundiária e na região dos cerrados, em meio ao avanço do agronegócio e da migração de colonos do Sudeste na década de 1970.
Nº 4	Milton Gomes da Silva	1976	v. 3, n. 2	Proposta de criação de um sistema estadual de estatística	A CEPRO surgiu vinculada à SEPLAN para resolver a crise de coleta de dados no Estado, causada pela falta de diálogo entre órgãos. O artigo foca em sua estrutura inicial, setorização para pesquisa, sua reformulação e a inclusão de notícias em suas publicações.

Quadro 1 – Artigos que versam sobre o planejamento (continuação)

Artigo	Autor(es)	Ano	Edição-volume	Título	Sinopse
Nº5	Marcílio de Sousa Machado	1977	v. 4, n. 1	Acompanhamento e avaliação do plano de governo do estado do Piauí	O artigo detalha a criação da SEPLAN e o apoio da CEPRO no Piauí (1975-1979) para superar a falta de planejamento, estabelecendo um sistema de monitoramento e avaliação das ações governamentais.
Nº6	Felipe Mendes de Oliveira	1980	v. 6, n. 2	O PDRI Vale do Parnaíba e o desenvolvimento do Piauí	O artigo analisa o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Parnaíba (PDRI) como um esforço de modernização econômica para combater a pobreza no Piauí. Ele detalha como o projeto influenciou técnicas de gestão e o cenário político, embora seus impactos estejam ligados a questões estruturais, como a reforma fundiária.
Nº7	Antônio de Pádua Silva dos Santos	1980	v. 6, n. 2	Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí	O artigo afirma que o subdesenvolvimento do Piauí decorre da centralização de riquezas no Centro-Sul e de políticas federais que o tornam mercado consumidor. Baixa renda e desemprego reforçam o diagnóstico de um dos estados mais pobres.
Nº8	Santos et al.	1982	v. 6, n. 2	Análise da intervenção governamental na agricultura piauiense	O artigo atribui o subdesenvolvimento do Piauí à centralização de riquezas no Centro-Sul e a políticas federais que fomentam sua condição de mercado consumidor. Indicadores como baixa renda e desemprego confirmam o diagnóstico.
Nº9	Martins et al.	1982	v. 6, n. 2	O Piauí na economia nacional	A Fundação CEPRO, com apoio da CEPAL/ONU, critica explicações superficiais para o atraso do Piauí. O estudo foca em fatores internos/externos, concentração fundiária e uso ineficiente da terra no setor primário, para uma análise mais técnica da realidade.
Nº10	Manuel Domingos Neto e Solimar Oliveira Lima	1988	V. 13, N. 01	O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí	Analisa o impacto dos primeiros recursos estrangeiros recebidos para o desenvolvimento econômico, do Banco Mundial para o Estado do Piauí, com o projeto PDRI VALE DO PARNAÍBA.
Nº11	Adolfo Martins de Moraes	2003	v. 22, n. 1	Algumas singularidades do planejamento no Piauí	O artigo discute o papel da oposição em democracias e a crítica sobre a "falta de planejamento" governamental. O foco é analisar a relevância do planejamento estadual para o desenvolvimento do Piauí e se a acusação é tática política.

Quadro 1 – Artigos que versam sobre o planejamento (conclusão)

Artigo	Autor(es)	Ano	Edição-volume	Título	Sinopse
Nº12	Antônio Cezar Cruz Fortes	2003	v. 22, n. 1	Medições do nível de desenvolvimento – PIB, IDH, IDF	O texto critica a limitação do PIB como indicador de desenvolvimento, pois ignora o bem-estar e a distribuição de renda. Propõe incluir novas variáveis, como o IDH do PNUD.
Nº13	Moraes, Moita & Andrade	2015	v. 27, n. 1	Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Piauí (PDES)	O artigo propõe o PDES (visão 2050) para romper a lógica limitada de planejamento do Piauí (desde 1940). Apesar das dificuldades e do enfraquecimento do planejamento, o PDES busca integração regional e prosperidade via gestão fiscal e políticas de apoio.
Nº14	Antônio José Castelo Branco Medeiros	2016	v. 28, n. 2,	60 anos de planejamento no Piauí	O artigo traça a trajetória institucional do planejamento no Piauí, desde a criação da CODESE (1956) até a formação da SEPLAN (1971). Celebra a continuidade institucional de 60 anos, marco inicial do planejamento no Estado.
Nº15	Lima et al.	2017	v. 29, n. 2,	Evolução do Planejamento do Piauí nos PPAs: setorial → transição participativo territorial	Os PPAs orientam políticas públicas de médio prazo, evoluindo no Piauí de planejamento setorial ao participativo territorial, contribuindo para transparência, controle de recursos e avanços em saúde, educação, segurança e renda.
Nº16	Costa Filho & Rebeca Lima	2023	v. 34, n. 1	Gestão por resultados: AER (2019-2022)	O artigo estuda a implementação da Análise Executiva de Resultados (ERA) no Piauí (2019-2022). A AER é um instrumento que fortalece a gestão pública orientada por resultados, integrando planejamento e avaliação de políticas.

Fonte: Fundação CEPRO. Elaboração: CIET/SEPLAN 2025.

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados (continua)

Artigo nº 1

Discute a urgência de uma política de desenvolvimento regional e urbano no Piauí, inserindo o debate no contexto das transformações do planejamento brasileiro nas décadas de 1960 a 1970, algo inovador para o Estado, mas que já vinha sendo implementado em outros estados do Brasil, seguindo alguns critérios para aplicar a regionalização voltada para o desenvolvimento. O autor aponta que, à medida que o planejamento nacional e regional avançava, especialmente com as políticas voltadas ao Nordeste, tornava-se indispensável desdobrar essas estratégias em escalas microrregionais. Defende um planejamento integrado e contínuo, fundamentado em estudos técnicos.

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados (continuação)

Artigo nº 2

Lembra que o planejamento municipal no Estado teve início há mais de uma década, mas enfrentou muitas dificuldades. Somente nos anos mais recentes, com o apoio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, começaram a surgir esforços concretos para estruturar uma assistência técnica voltada aos municípios. Em 1964, foi criada a Divisão de Assistência Técnica aos Municípios (DATEM), que mais tarde evoluiu para o Departamento de Estudos Municipais (DEPAM), já dentro da CEPRO. Apesar dos avanços, o DEPAM ainda enfrentava limitações administrativas e financeiras, o que levou à criação do IPAM, instituído pela Lei nº 3.343, de 1º de outubro de 1975.

O IPAM surgiu com a missão de articular o Estado e os municípios piauienses, buscando elevar o padrão técnico das administrações locais e promover o desenvolvimento urbano de forma racional. Entre suas principais finalidades estavam a coordenação das políticas de cooperação técnica, o estudo da organização dos serviços públicos, o apoio à elaboração de planos municipais e o estímulo à integração entre diferentes esferas governamentais. Também cabia ao instituto promover cursos, seminários e pesquisas, além de divulgar informações e experiências que pudessem contribuir para o aprimoramento da gestão municipal.

Artigo nº 3

Apresenta o projeto de desenvolvimento regional voltado para o estado do Piauí, mostrando os investimentos e quais impactos nos municípios. Apresenta onde seriam aplicados os investimentos nas fazendas estaduais, sendo essas vistas com o objetivo de lucro, além da regularização fundiária e suas demarcações. Temos investimentos na região de Cerrados do Estado, tendo em vista esse momento histórico coincidir com o avanço de colonos da região Sudeste para o Nordeste em busca de terras baratas para expansão do agronegócio.

Artigo nº4

Apresenta como a questão da coleta de dados, imprescindível para o controle e desenvolvimento de atividades estava comprometida. Dessa maneira, surge a criação do órgão CEPRO ligada à SEPLAN, que tinha por função realizar os levantamentos até então totalmente comprometidos pelo não diálogo entre outros setores do Estado e da administração pública direta ou indireta. Para centralizar e acabar com a situação, se deu a criação dessa Fundação. Nos é mostrado como a entidade funcionava na década de sua criação e como era dividida em setores para melhor organizar dados e pesquisas. É apresentada a reformulação da proposta da CEPRO. Por fim, o artigo apresenta algumas notícias em um tópico comum a todas as edições da Carta CEPRO, relacionadas a acontecimentos dentro do Estado.

Artigo nº 5

Analisa a criação e o funcionamento do sistema que passou a monitorar e avaliar as ações do governo estadual entre 1975 e 1979. O autor, Márcilio Machado, destaca que o planejamento público no Piauí ainda era recente e enfrentava limitações, como a falta de pessoal qualificado e de integração entre os órgãos.

A implantação da (SEPLAN) marcou um avanço importante, pois buscou organizar o acompanhamento dos programas e projetos de governo de forma mais técnica e contínua. Esse processo resultou na criação de instrumentos para avaliar a execução das metas e corrigir distorções. A SEPLAN, com apoio da CEPRO, passou a coordenar o sistema de avaliação, elaborando relatórios e capacitando servidores.

O texto mostra que, apesar das dificuldades, o Estado começou a desenvolver uma cultura de planejamento mais estruturada e eficiente. Foram promovidos cursos, criados mecanismos de controle e introduzidas adaptações para tornar a gestão pública mais dinâmica e próxima da realidade local. Em síntese, o artigo registra um momento de consolidação do planejamento no Piauí, quando o governo passou a tratar o acompanhamento e a avaliação como partes essenciais da administração pública.

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados (continuação)

Artigo nº 6

Analisa o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Parnaíba (PDRI) como parte de um esforço mais amplo de transformação econômica do Estado. O projeto não pode ser visto isoladamente, pois está intimamente ligado às causas da pobreza no Piauí e à política econômica estadual. O PDRI buscava modernizar a economia rural, incentivar a criação de mercado e aplicar técnicas mais eficientes de gestão e execução.

Além disso, o PDRI influenciou novas posturas técnicas no Estado, afetando até o comportamento da comunidade técnica e o cenário político. O artigo também menciona que os impactos observados não foram causados apenas pelo PDRI, mas por outras questões estruturais, como a reforma fundiária.

Artigo nº 7

Discute como o desenvolvimento econômico do Piauí deve ser compreendido dentro do contexto mais amplo da economia nacional. Nesse sentido, segundo o autor, o Estado sofre com a centralização das riquezas no Centro-Sul, principalmente de São Paulo, o que resulta em esvaziamento de poupanças e investimentos no Piauí, no Nordeste como um todo. A pobreza no Estado é agravada por políticas federais que geram distorções regionais, além de identificar a condição do Piauí como mercado consumidor, e não produtor de riquezas e bens industrializados. Indicadores como baixa renda per capita, alta mortalidade infantil, desemprego, e dependência do setor terciário informal reforçam o diagnóstico de subdesenvolvimento do Estado, considerado um dos mais pobres do Brasil na época em que foi publicado o artigo.

Artigo nº8

Apresenta um estudo que busca analisar, de forma geral, os investimentos públicos e as políticas agrícolas desenvolvidas no Piauí na década anterior, utilizando, principalmente dados secundários e entrevistas, o trabalho visa orientar o processo de planejamento e investimentos estaduais. Os objetivos incluem melhorar a eficiência das políticas, apoiar a tomada de decisões e identificar áreas-problema para o desenvolvimento. Nesse sentido, destaca-se, também a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a estrutura de investimentos e melhorar os mecanismos de controle e execução de projetos.

Artigo nº 9

O artigo destaca que as análises fazem parte de uma investigação mais ampla sobre a Questão Agrária Piauiense, feita pela Fundação CEPRO com apoio da CEPAL/ONU. É uma crítica sobre as explicações simplistas para o atraso econômico do Estado, como a falta de energia, estradas ou chuvas, argumentando que essas são apenas partes do problema. Em vez disso, a CEPRO buscou analisar fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento do Piauí, com foco no setor primário da economia (o “agro”), na concentração fundiária e na ineficiência do uso da terra. O objetivo é oferecer uma visão mais ampla e técnica da realidade socioeconômica piauiense.

Artigo nº10

Após uma década do recebimento dos primeiros recursos de capital estrangeiro pelo Estado do Piauí destinados a um projeto de desenvolvimento, os autores realizam uma retrospectiva dos impactos das ações financiadas pelo Banco Mundial na economia piauiense. O PRDI Vale do Parnaíba, elaborado em 1979, foi concebido como uma ampliação do POLONORDESTE. Nesse contexto, destaca-se a observação dos autores de que “o banco operou o milagre de fazer com que a reforma agrária deixasse de ser um tema exclusivo da esquerda local”. No entanto, o PRDI Vale do Parnaíba, conforme demonstrado no texto, não alcançou êxito, sobretudo em razão de práticas de corrupção, como a compra de terras improdutivas pertencentes a apadrinhados políticos.

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados (continuação)

Artigo nº 11

O artigo aborda o papel da oposição em governos democráticos, destacando que não há um manual definido para isso, mas que a tradição política muitas vezes dita os comportamentos. O autor observa que os embates entre oposição e situação são normais e fazem parte do processo político. O texto questiona a crítica recorrente da oposição sobre a "falta de planejamento" do governo, levantando a reflexão sobre se o governo realmente não planeja ou se a acusação é apenas uma estratégia política. Propõe analisar se o planejamento estadual é relevante e qual sua importância para o desenvolvimento do Estado.

Artigo nº 12

O texto discute a limitação do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador exclusivo de desenvolvimento de um país, propondo a incorporação de novas variáveis que considerem o bem-estar da população. O PIB é o principal indicador econômico usado para medir o crescimento e a riqueza de um país. No entanto, ele destaca suas limitações, especialmente por não refletir a distribuição de renda ou o bem-estar da população, pois mesmo países com alto PIB per capita podem apresentar grande desigualdade social. Por isso, o artigo aponta a necessidade de incorporar novas variáveis à análise do desenvolvimento, destacando a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD, em 1990.

Artigo nº 13

Aborda o Plano de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Piauí (PDES), uma visão futurística olhando o ano de 2050. É apresentado como uma alternativa para romper uma lógica que, na visão dos pesquisadores, era limitada, uma marca profunda que permaneceu no planejamento do Estado desde 1940. Durante décadas, segundo o artigo, persiste uma visão reducionista que, na maioria das vezes, era voltada para o meio rural e, de certo modo, apenas centrada em medidas pontuais como a distribuição de lotes e a criação de cooperativas, sem ter efeitos visíveis na realidade socioeconômica do Estado. O PDES, desse modo, procura situar um plano para o Piauí dentro de uma estratégia de longo prazo, mas que faça uma integração das suas dinâmicas regionais.

O texto também ressalta outros elementos, no cerne das mudanças do planejamento no Brasil e no Nordeste, sobretudo em relação às crises do petróleo, ou seja, essas mudanças foram marcadas por instabilidades e retração. O artigo nos apresenta que a soma da inflação e a desorganização econômica levou as instituições de planejamento para um enfraquecimento, dessa forma, elas passavam a ser vistas apenas como órgãos burocráticos e sem finalidades tangíveis ou aplicáveis dentro da realidade. Há um esfacelamento da capacidade de planejar, foram reduzidas a fazer orçamentos e prestar consultorias.

Além disso, o escrito aqui resumido destaca que, mesmo em meio a um infinito de dificuldades de todas as sortes possíveis, o Estado apresenta oportunidades concretas e dentro de possibilidades reais. Mas, para que sejam alcançados os objetivos, é destacado o fortalecimento da gestão fiscal, propondo-se um conjunto de ações voltadas a melhorias orçamentárias e financeiras.

Ainda aponta que, com apoio de políticas regionais e federais, é possível consolidar uma nova matriz de desenvolvimento se forem elencados todos os problemas, garantindo um planejamento efetivo. Portanto, é possível tornar projetos em realidades concretas, que expressem de forma significativa o aumento da prosperidade do povo piauiense.

Quadro 2 – Resumo dos artigos analisados (conclusão)

Artigo nº 14
Analisa a trajetória institucional desde a criação da CODESE (Comissão de Desenvolvimento Econômico), em 1956, até a formação de um Sistema Estadual de Planejamento. O artigo se divide em três partes: introdução, contextualização da experiência piauiense no cenário nacional, e a criação das instituições de planejamento e elaboração dos planos no Estado. Destaca-se que, ao longo das décadas, a CODESE passou por várias transformações administrativas até ser estruturada como Secretaria de Planejamento do Piauí (SEPLAN) em 1971. A continuidade institucional da CODESE foi mantida e celebrada, sendo considerada o marco inicial do planejamento no Piauí. Em 2016, completaram-se 60 anos desse processo.
Artigo nº 15
Mostra que os PPAs são instrumentos estratégicos previstos na Constituição de 1988 para orientar políticas públicas de médio prazo, definindo diretrizes, objetivos e metas da administração. O texto ressalta que, no Piauí, os PPAs passaram por três fases: planejamento setorial (1992-2003), transição (2004-2007) e planejamento participativo territorial (2008-2019). Destaca-se, ainda, a importância dos PPAs para o controle e monitoramento de recursos, vinculados à LDO e à LOA, além de permitir maior transparência e responsabilidade na gestão. O estudo evidencia a evolução desse processo, especialmente em áreas como saúde, educação, segurança e renda.
Artigo nº 16
Apresenta um estudo sobre a Análise Executiva de Resultados (AER) no estado do Piauí, descrevendo e analisando sua implementação entre 2019 e 2022. A pesquisa destaca a AER como instrumento essencial para o planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, alinhado ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. O estudo mostra como a AER fortalece a gestão orientada por resultados, integrando informações coletadas, definindo indicadores e metas, além de fornecer dados estratégicos para a tomada de decisão. Dessa forma, busca melhorar a eficiência das ações governamentais e consolidar a gestão pública voltada para resultados.

Fonte: Fundação CEPRO. Elaboração: CIET/SEPLAN 2025.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste relatório parcial, considera-se que a Carta CEPRO contribuiu para a construção e a divulgação de um pensamento planejador no Piauí. A leitura dos artigos evidencia que o planejamento no Piauí não foi um processo homogêneo, mas uma construção marcada por limitações administrativas, transformações institucionais e mudanças de orientação política. Desde as iniciativas de assistência técnica aos municípios, observa-se a busca por dotar o Estado de instrumentos capazes de orientar suas políticas de desenvolvimento.

Esse percurso revela uma crescente consciência de que o planejamento não é apenas uma técnica, mas um projeto político, e que, na história dessa prática, nem sempre a relação entre diagnósticos e prognósticos se relaciona de forma integrada. Ao mesmo tempo, os artigos mostram que o Piauí enfrentou e ainda enfrenta desafios estruturais relevantes: desigualdade regional, dependência econômica, fragilidades na gestão pública e limites na capacidade de investimento.

A análise de planos, programas e projetos diversos, ao longo do tempo, como o PDRI, o PDES e os PPAs, demonstra que, quando acompanhados de estudos técnicos, mecanismos de monitoramento e participação social, o planejamento pode contribuir para reorganizar o território, melhorar políticas setoriais e desenvolver capacidades institucionais. Contudo, quando dissociado dessas condições, corre o risco de se reduzir a um exercício de propaganda governamental.

Assim, salientamos que a nossa reflexão se faz sobre o corpo de artigos da Carta CEPRO e que não abrange as outras publicações e documentos de governo que possam trazer mais aspectos da trajetória histórica de planejar, de produzir conhecimento sobre a realidade e de criar instrumentos para transformá-la. Portanto, compreender essa história, a partir da Carta CEPRO, é reconhecer o relevante papel de diálogo desta publicação junto aos formadores de opinião, além de sintetizar em tópicos o percurso do planejamento na revista, que possam servir para outras pesquisas sobre o tema.